## RIO DOURO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ № 17.227.319/0001-57 - NIRE Ѱ 35.227.167.391
ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL PARA TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO SOB A DENOMINAÇÃO RIO DOURO PARTICIPAÇÕES S.A. ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL PARA TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as pessoas jurídicas a seguir: AAMN Investimentos S.A., sociedade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1779, 6° andar, conjunto 61, Jardim Paulistano, CEP: 01452-001, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE nº 35.300.146.131 em 11 de junho de 1996, CNPJ/MF nº 50.079.854/0001-83, neste ato representada por seu diretor-gerente, André Augusto Campos de Mesquita, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Juquiá, 141, Jardim América, CEP: 01440-020 em São Paulo, Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade RG nº 33.120.286-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 388.877.828-01 e SPH participações Ltda,, sociedade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1779, 6° andar, conjunto 61, sala 2, Jardim Paulistano, CEP: 01452-914, com seus atos constitutivos e última alteração contratual devidamente arquivados na Junta Comercial de Stado de São Paulo, sob o nº 02.535.431/0001-88, neste ato representada por seu administrador, Daniel Fagone Fontolan, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à Rua Georgia, 675, Brocklin Paulista, CEP: 04559011 em São Paulo, estado de São Paulo, portador da carteira de identidade RG nº 1.098.517-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 238.435.789-15; Unicas sócias quotistas de Rio Douro Participações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1779, 6° andar, conjunto 61, sala 1, Jardim Paulistano (EP: 01452-001), com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.227.167.391, em sessão de 08.11.2012, e último registro sob o nº 164.475/23-0 em 11/05/2023, inscrita no CNPI o 179, 6° andar, conjunto 61, sala 1, Jardim Paulistano. Erêcidir a As pelos sócios, das obrigações e responsabilidades anteriormente assumidas, mantendo-se o mesmo patrimônio, sendo, pelos sócios, das obrigações e responsabilidades anteriormente assumidas, mantendo-se o mesmo patrimônio, sendo, para tanto, aprovadas as alterações que seguem: I) A transformação da sociedade empresária limitada em sociedade anônima, observadas as disposições legais em vigor, com o objetivo de expandir o seu negócio e a consequente captação de recursos para o desenvolvimento de seus empreendimentos imobiliários. II) Que a sociedade passará a operar sob a denominação de **Rio Douro Participações S.A.** III) Que as atuais 12.000.000 (doz emilhões) de quotas, representativas do capital social de R\$ 12.000.000,000 (doze milhões de reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, serão transformadas em 12.000.000 (doze milhões) de ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, a serem emitidas aos atuais sócios, na mesma proporção das quotas por eles possuídas. Cada ação ordinária conferirá o direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. IV) por eles possuídas. Cada ação ordinária conferirá o direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. IV)

AMM Investimentos S.A., devidamente qualificada acima, passará a deter uma participação de 11.950.000 (onze milhões, novecentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 11.950.000,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta mil reais). V) SPH Participações Ltda., devidamente qualificada acima, passará a deter uma participação de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais). VI) Foram eleitos para membros da Diretoria da Sociedade e considerados empossados a partir da data de assinatura desta Assembleia: Para Diretores-Gerentes, foram eleitos: Antonio Augusto de Mesquita Junior, brasileiro, soletiro, nascido em 28 de julho de 1981, engenheiro, residente e domiciliado à Alameda Itu, nº 93, apto. 131, Jardim Paulista, CEP: 01421-000 em São Paulo, Estado de São Paulo, RG-nº 33.120.285-2-SSP/SP e CPF-MF nº 220.703.180/06; André Augusto Campos de Mesquita le bens administrador de Assembleia: Para Diretores-Gerentes, foram eleitos: Antonio Augusto de Mesquita Junior, brasileiro, sotieiro, nascido em 28 de julho de 1981, engenheiro, residente e domiciliado à Alameda Itu, nº 93, apto. 131, Jardim Paulista, CEP: 01421-000 em São Paulo, Estado de São Paulo, RG-nº 33.120.285-2-SSPSP e CPF-MF nº 220.703.318/06, André Augusto Campos de Mesquita, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Juquiá, nº 141, Jardim América, CEP: 01440-020 em São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 33.120.286-4-SSP/SP e inscrito no CPF-MF sob nº 338.877.828/01 e Daniel Fagone Fontolan, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, residente e domiciliado a Rua Georgia, nº 675, Brooklin Paulista, CEP: 04559-011 em São Paulo, Estado de São Paulo, RG nº 1.098.517-0-SSP/PR e CPF MF nº 238.435.789/15. A Diretoria ora eleita, declara que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração e o cargo para o qual foram eleitos na sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenações, a pena que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peta ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a soriesa de defesa da concorrência, contra as realeções de consumo, a fé pública ou a propriedade e assumem suas funções nesta data e terão mandato até o dia 30/04/2027. VII) Deliberada a transformação de sociedade empresára limitada em sociedade anônima, procedeu-se a leitura do Estatuto Social e a declarações do Diretoria, redigidos e constantes dos Anexos, I, II, III, IV e V, que passam a fazerem parte integrante da presenta da, a qual, depois de lida e aprovada por unanimidades dos presentes, foi assinada pelos sócios/acionistas e pelos membros da Diretoria ora eleitos. São Paulo, 16 de setembro de 2024. a) Antonio Augusto de Mesquita Junior Presidente; André Augusto Campos d

do capital social, em ações preferenciais, sem direito a voto, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. § 3º: A Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá, na deliberação em que for determinado o aumento do capital social, as condições de emissão de ações preferenciais pela Companhia, inclusive preço e prazo de integralização. § 4º: A companhia poderá emitir cautelas, certificados e títulos múltiplos de ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. § 5º: Na ações serão indivisíveis em relação à Companhia, que reconhecerá apenas um proprietário para cada ação, sendo os direitos por ela conferidos sempre exercidos pelo representante do condomínio. Art. 6º: Todos os acionistas terão direito de preferência para adquirir quaisquer ações da Companhia e dos seus direitos de subscrição, que sejam oferecidos à venda, transferidas, cedidas ou alienadas a qualquer título, na proporção do número de ações que então possuírem, respeitadas as restrições abaixo: § 1º: O acionista que desejar vender, ceder ou por qualquer forma alienar ou transferir, no todo ou em parte, suas ações ou seus direitos de subscrição deverá oferecé-las antes aos demais acionistas, o quais terão, em igualdade de condições, direito de preferência na aquisição, na proporção das ações de que forem titulares, observadas as disposições aqui contidas. O acionista que tencionar dispor de suas ações deverá comunicar esta sua intenção, por escrito, a um dos Diretores Gerentes, específicando os termos e condições por ele pretendidos, bem como a indicação do preço, forma de pagamento e outras condições e a quantidade de ações a serem alienadas, além do nome e qualificação do eventual cessionário. O Diretor Gerente deverá comunicar imediatamente, por carta registrada, a intenção do acionista de vender suas ações, juntamente com o preço e condições, aos demais acionistas ou seus representantes legais, os quais dentro de 60 (sessenta) dias do referido parágrafo 1º acima, os demais acionista oferecer as ações não tomadas a quaisquer terceiros, nunca, entretanto, por preço inferior e condições diferentes daquelas originalmente apresentadas ao Diretor Gerente. § 4º: Se, após o término de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo mencionado no parágrafo acima, o acionista ainda não tiver vendido todas ou parte de suas ações e ainda desejar

SOCIEDADE POR AÇOES DE CAPITAL FECHADO SUBA DENOMINAÇÃO RIO DOURO PARTICIPAÇÕES S.A. vendê-las, deverá oferceê-las novamente à venda aos demais acionistas na mesma forma e de acordo com as prescrições deste artigo. § 5°: Na hipótese de um ou mais acionistas expressar sua intenção de adquirir somente parte das ações que lhe cabe adquirir, o acionista que as ofereceu à venda terá inteira liberdade de recusar a proposta de aquisição parcial e terá, consequentemente, o direito de vender a quaisquer terceiros todas as ações oferecidas à venda, nunca, porém, por preço inferior e condições nunca diferentes daquelas originalmente apresentadas ao Diretor Gerente. § 6°: parcial e tera, consequentemente, o direito de vender a quaisquer terceiros todas as ações orierecidas a venda, nunca, porém, por preço inferior e condições nunca diferentes daquelas originalmente apresentadas ao Diretor Gerente. § 6°: Fica estabelecido que, se qualquer acionista, a qualquer tempo, dentro dos prazos fixados neste artigo, receber de um terceiro uma proposta firme, de boa-fé, para adquirir suas ações, deverá primeiramente comunicar a um dos Diretores Gerentes o recebimento dessa oferta, indicando preço e condições de venda, concedendo aos demais acionistas o direito de preferência para adquirir tais ações nas mesmas condições de venda, concedendo aos demais acionistas o direito de preferência para adquirir tais ações nas mesmas condições de venda, concedendo aos demais acionistas o exercido dentro de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação. Essa comunicação deverá refieta, mesmo que os referidos acionistas não tenham anteriormente demonstrado interesse em adquirir essas ações, § 7°: As mesmas regras e condições acima estabelecidas, relativas ao direito de preferência para a aquisição de ações, aplicar-se-á, também à transferência por quaisquer dos acionistas dos seus direitos de subscrição de novas ações em futuros aumentos de capital da Companhia. § 8°: Os acionistas dos seus direitos de subscrição de novas ações em futuros aumentos de capital da Companhia. § 8°: Os acionistas deverão manter, a qualquer tempo, suas respectivas ações da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e encargos. § 9°: Addicionalmente, nos termos do Artigo 118 e seus parágrafos, da Lei 6.404, de 15.12.1976, a Companhia deverá observar quaisquer Acordos de Acionistas versando sobre o direito de preferência de compra e venda de suas ações, desde que tais acordos sejam averbados nos livros de registro da Companhia. Compete a um dos Diretores Gerentes cumprir e fazer cumprir as prescrições de quaisquer Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Campete a um dos Diretores Gerentes cumprir e faze Aconistàs arquivados na sede da Companhia. Capítulo III - Administração - Diretoria - Art. 7º: A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral dos Acionistas, sendo 3 (trés) Diretores Gerentes es 3 (trés) Diretores sem designação especial, \$1º: O mandato do Diretoria de dos 1(três) anos, admitida a releição, sendo dispensada a prestação de caução em garantia de seus mandatos. \$2º: A investidura no cargo farse-éa por termo de posse e arquivado na sede da Sociedade, devendo as Diretores permanecer em seus cargos até a investidura de seus substitutos. \$ 3º: A remuneração dos Diretores será fixada em montantes globais e anuais pela Assembleia Geral, cabendo à Diretoria distribuí-los entre os seus membros. \$4º: Os Diretores substituírios-8 mutuamente em suas ausências ou impedimentos. Em caso da vacância ou impedimento permanente de qualquer Diretor, compete à Assembleia Geral de Acionistas eleger o respectivo substituído de inediato ou dentro da 30 (trinta) dias da vacância, servindo o escolhido pelo restante do mandato do Diretor substituído. Art. 8º: Compete à Diretoria da administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos so atos necesários, resusdavos aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral dos Acionistas Art. 8º: A Diretoria tecurii-se-à sempre que necessário, mediante convocação de qualquer Diretor, e desde que haja "quórum" de pelo menos dois dos Diretores eletos e emposados. As reuniões serão presididas por um dos Diretores presentes na reunião. Em caso de empate na votação das reuniões da Diretoria, caberá ao Diretor Gerente que presidir a reunião. Em caso de empate na votação das reuniões da Diretoria, caberá ao Diretor Gerente que presidir a reunião cabera do sa conventa da parte da p matérias: a) Compra e venda de bens imóveis; b) Lançamento de empreendimentos imobiliários; c) Constituição de sociedades subsidiárias e sua estrutura de capital; d) Fusões, aquisições e incorporação de sociedades em propósitos específicos e sociedades en conta de participação; p) Política de contratação de pessoal e de remuneração e vantagens. Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucros - Art. 15°: O exercício social encerrar-se-a em 31 de dezembro de cada ano, quando, obedecidas às determinações legais, serão levantados o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício findo. § 1°: O lucro líquido do exercício anual, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos Acionistas, na proporção de suas ações; c) O saldo restante, após as deduções acima, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral dos Acionistas. Art. 16°: A companhia poderá inanceiras semestrais, trimestrais ou mensais, e com base nas mesas distribiur dividendo intercalar ou extra, por deliberação da Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral dos Acionistas. § 1°: A companhia poderá ainda distribuir dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por deliberação da Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral dos Acionistas. S 2°: Os dividendos intermediários ou intercalares poderão ser acrescidos ao montante dos dividendos aprovados pela Assembleia Geral Ordinária para exercício social, "ad referendum" da Assembleia Geral dos Acionistas. § 2º: Os dividendos intermediários ou intercalares poderão ser acrescidos ao montante dos dividendos aprovados pela Assembleia Geral Ordinária para perfazer o total do dividendo obrigatório referido na alínea (b), do parágrafo 1º, do artigo 15º supra. § 3º: A Assembleia Geral de Acionistas poderá constituir os fundos e reservas que julgar conveniente. § 4º: Os dividendos mínimos fixados ou aqueles determinados pela Assembleia Geral de Acionistas, bem como os juros sobre o capital próprio, deverão ser pagos aos acionistas no prazo de 60 (sessenta) días a contar da deliberação, ressalvadas deliberações diversas da Assembleia Geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício social em que for declarado. Capítulo VIII - Da Liquidação e Disposições Gerais - Art. 17º: A companhia entrará em liquidação ou dissolução nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, a quem compete estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante e instalar o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período. Art. 18º: Os casos omissos e não previstos neste Estatuto Social terão a soluceja prevista na legislação período. Art. 18º: Os casos omissos e não previstos neste Estatuto Social terão a solução prevista na legislação pertinente ao tempo ou a que for adotada pela maioria dos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas.